

← continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

R\$ 170.317, sendo R\$ 454.145 pelo efeito negativo processo tarifário; (c) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas, que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi para cobrir as despesas com Encargo de Energia Reserva, que tem se realizado acima da cobertura tarifária até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e a conta de ESS que resultou em uma constituição negativa de R\$ 17.960, sendo R\$ 22.511 referente a constituição positiva do exercício referente a CVA ESS e R\$ 40.471 referente efeito negativo de efeito reajuste. O impacto da amortização positiva para exercício foi de R\$ 5.799, sendo R\$ 38.742 pelo impacto positivo do efeito reajuste; (d) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no exercício de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para esse exercício foi constituído o montante negativo de R\$ 17.681, sendo R\$ 3.725 se refere ao efeito negativo do processo tarifário. O impacto da amortização positiva para o exercício foi de R\$ 75.849, sendo que R\$ 73.881 se refere a amortização do exercício e R\$ 1.968 refere se ao efeito positivo do processo tarifário; (e) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho nº 361, de 9 de fevereiro de 2021. Veja nota explicativa nº 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores; (f) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequentemente, devidamente atualizada, performando amortização negativa de R\$ 12.330, sendo que R\$ 11.403 se refere à amortização do exercício e R\$ 927 se refere ao efeito negativo do processo tarifário; (g) A Companhia registrou a entrada de recursos no montante de R\$ 26.987, conforme Despacho Anel nº 1239 de 23 de abril de 2024, que fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 30 de abril de 2024. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. A Companhia contabilizou um impacto negativo de R\$ 6.304 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, resultante da amortização do componente financeiro associado a esses repasses, sendo que R\$ 25.540 se refere ao efeito negativo do processo tarifário; e (h) O saldo total de amortização de outros foi afetado principalmente pelas amortizações de diferimento de parcela B negativo em R\$ 97.402, pela quitação da conta COVID/Escassez negativo em R\$ 70.240, pela Recomposição Itaipu negativa em R\$ 73.297 e pelo financeiro de recálculo referente a TRP 2021 negativamente em R\$ 31.235. Os demais itens somados totalizam positivamente um valor de R\$ 4.082 e inclui financeiros como reversão de créditos associados a REN 376 e 414, neutralidade COVID, garantias financeiras, entre outros. O saldo total de constituição de outros foi afetado principalmente pelas constituições de Diferimento de Parcela B positivo em R\$109.000, pela Quitação da Conta COVID/ Escassez positivo em R\$ 78.603, Reversão de créditos Associados a REN 376 e 414 negativo em 644. Os demais itens somados totalizam negativamente um valor de R\$ 142.466 e inclui financeiros como Encargo Escassez hídrica, Encargo COVID, Garantias Financeiras entre outros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11.906 (R\$ 17.370 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 73.726 (R\$ 1.568 em 31 de dezembro de 2023) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 38.180 (R\$ 15.802 em 31 de dezembro de 2023) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

9 Impostos e contribuições a recuperar

	2024	2023
Circulante		
ICMS a recuperar	45.541	42.701
PIS e COFINS	9.297	9.303
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	189.207	326.191
Outros	637	299
Total circulante	244.682	378.494
Não circulante		
ICMS a recuperar	78.779	116.041
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	248.037	225.752
Total não circulante	326.816	341.793
Totais impostos e contribuições a recuperar	571.498	720.287

(a) A Companhia possui um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 437.244 (R\$ 551.943 em 31 de dezembro de 2023), líquido de compensação com impostos federais, após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito e julgado da ação, conforme nota explicativa nº 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda sobre folha de pagamento, PIS e COFINS e retenções federais.

10 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

	2024	2023
Outras contas a receber		
Entidade é membro do mesmo grupo econômico		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a) 2.160	4.796
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a) 3.047	6.377
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a) 711	1.808
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a) 1.029	2.531
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a) 241	564
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a) 2.565	3.872
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a) 17	37
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a) 16	35
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a) 19	46
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a) 79	144
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a) 17	39
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a) 17	40
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a) –	11
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a) 34	73
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(a) –	14
Total	9.952	20.362
Outros créditos a receber – Intercompany		
Entidade é membro do mesmo grupo econômico		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b) 37	2
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b) 1.909	3.810
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b) 37	456
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b) 405	729
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(b) 27	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b) 518	255
Total	2.933	5.252

Fornecedores

	2024	2023
Entidade é membro do mesmo grupo econômico		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(c) (283)	(424)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c) –	(80)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c) (144)	(231)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c) (74)	(116)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(c) (4)	(12)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c) (1.162)	–
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(e) (208)	(1.719)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(e) (186)	(1.700)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(e) (272)	(2.474)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(e) (489)	(4.672)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(e) (140)	(1.827)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(e) (280)	(2.536)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(e) –	(193)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(e) (251)	(2.851)
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(e) –	(216)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial - ICT	(f) (1.996)	(11.304)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(f) (1.612)	(4.812)
Equatorial Serviços S.A.	(g) (7.186)	(30.497)
Total	(14.287)	(53.088)
Outras contas a pagar		
Entidade é membro do mesmo grupo econômico		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a) (4.314)	(17.721)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a) (1.524)	(7.550)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a) (1.022)	(3.249)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a) (552)	(2.391)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a) (239)	(710)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a) (2.489)	(4.289)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a) (6)	(15)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a) (11)	(31)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a) (3)	(10)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a) (126)	(476)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a) (5)	(15)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a) (1)	(7)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a) –	(9)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a) (16)	(37)
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(a) –	(26)
Controladora indireta		
Equatorial S.A.	(h) (21.101)	(43.915)
Entidade é plano de benefício pós-emprego		
Equatorial Energia Fundação de Previdência - EQTPREV	–	(142)
Total	(31.409)	(80.558)

Investimentos em serviço – (bens em comodato)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico
 Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (i) – (205) (205)
 Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (j) 112 (112) 118 (118)

(a) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL; (b) Os valores são provenientes da venda de materiais; (c) Os valores são provenientes da compra de materiais; (d) Saldos referentes a serviços de fornecimento de internet pela Equatorial Telecomunicações S.A.; (e) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (f) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT) referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa. Adicionalmente, a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o Instituto no montante de R\$ 2.861; (g) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de call center, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados; (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a CEEE-D (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (i) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. para a CEEE-D, de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, cuja devolução ocorreu em 2024; e (j) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. para a CEEE-D, de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes, a critério das partes. **10.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração.** O pessoal-chave da Administração, Conselho de Administração, o Presidente e Diretores, incluindo o Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. A remuneração anual total fixada em até R\$ 5.400 (R\$ 5.200 em 31 de dezembro de 2023), conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2024. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de beneficiários de rescisão de contrato de trabalho. Os beneficiários pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 26 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social. Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 21.2 – Plano de opção de compra de ações. Proporcão de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	2024	%
Remuneração fixa anual	2.129	65%
Salário ou Pró-labore	2.081	64%
Benefícios diretos e indiretos	48	1%
Remuneração variável	863	26%
Remuneração baseada em ações	282	9%
Valor total da remuneração	3.274	100%

10.2. Garantias. A Equatorial S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia, com ônus^(*), nos contratos de empréstimos, financiamento e debêntures e sem ônus nas apólices de seguros abaixo listados:

Instituição	Valor contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2024 (a)
1ª Emissão de Debêntures 1ª Série	1.200.000	100	19/08/2021	15/08/2026	1.200.000	621.167
1ª Emissão de Debêntures 2ª Série	300.000	100	19/08/2021	15/09/2029	300.000	370.465
1ª Nota Comercial	400.000	100	17/10/2022	14/10/2027	400.000	410.233
2ª Emissão de Debêntures 1ª Série	250.000	100	23/12/2022	15/12/2029	250.000	275.286
Citibank	583.800	100	30/06/2023	27/01/2027	583.800	743.206
Bank of America	233.760	100	06/07/2023	29/01/2027	233.760	305.771
2ª Emissão de Debêntures Série Única	180.000	100	09/08/2023	15/07/2030	180.000	191.419
BNDES 21/22/23	200.000	100	27/09/2023	15/12/2036	200.000	191.272
4ª Emissão de Debêntures Série Única	1.000.000	100	20/12/2023	11/12/2029	1.000.000	1.003.612
5ª Emissão de Debêntures Série Única	250.000	100	19/06/2024	15/05/2036	250.000	247.976
6ª Emissão de Debêntures Série Única	500.000	100	09/08/2024	05/08/2030	500.000	521.315
7ª Emissão de Debêntures Série Única	420.000	100	04/10/2024	15/09/2036	420.000	415.680
Santander	400.000	100	29/11/2024	29/11/2027	400.000	404.800
Apólices de Seguros	444.071	100	13/11/2022	01/11/2029	N/A	N/A
Total	6.361.631				5.917.560	5.701.662

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. (a) Os valores atualizados de debêntures e empréstimos estão líquidos de custo de captação. **11. Ativo financeiro da concessão.** A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2023	atualização do ativo financeiro (a)	Transfêrência - Ativos de contrato (b)	Baixas (d)	2024
Ativo financeiro	787.369	39.540	148.017	(4.284)	970.642
Obrigações especiais (c) (177.973)	–	(9.910)	–	–	(187.883)
Total ativo financeiro da concessão	609.396	29.630	148.017	(4.284)	782.759

	2022	atualização do ativo financeiro (a)	Transfêrência - Ativos de contrato (b)	2023
Ativo financeiro	680.923	28.921	77.525	787.369
Obrigações especiais (c)	(195.821)	(4.125)	21.973	(177.973)
Total ativo financeiro da concessão	485.102	24.796	99.498	609.396

(a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Maiores informações na nota explicativa nº 22 – Receita operacional líquida; (b) Correspondem às transfêrências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e (d) Valores correspondentes às baixas dos ativos vinculados a infraestrutura. A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. **12. Intangível.** O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	2024
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	(-) Obrigações vinculadas à concessão
Custo	Valor líquido
Em serviço 4,11%	5.152.818 (2.349.348) (192.185) 2.611.285
Total	5.152.818 (2.349.348) (192.185) 2.611.285

	2023
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	(-) Obrigações vinculadas à concessão
Custo	Valor líquido
Em serviço 4,11%	4.661.243 (2.285.165) (187.364) 2.188.714
Total	4.661.243 (2.285.165) (187.364) 2.188.714

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitados à data do contrato de concessão até agosto de 2045, conforme ICPC 01(R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão. **12.1. Movimentação do ativo intangível**

	2023	Adições	Baixas	Ativos de contrato (a)	2024
Em serviço	4.661.243	–	(126.337)	617.912	5.152.818
(-) Amortização (2.285.165)	(168.146)	103.963	–	–	(2.349.348)
Total em serviço	2.376.078	(168.146)	(22.374)	617.912	2.803.470
Obrigações especiais (b)	(293.504)	–	–	(16.248)	(309.752)
(-) Amortização	106.140	11.427	–	–	117.567
Total em obrigações especiais	(187.364)	11.427	–	(16.248)	(192.185)
Total	2.188.714	(156.719)	(22.374)	601.664	2.611.285

	2022	Adições	Baixas	Ativos de contrato (a)	2023
Em serviço	4.490.140	28.621	(40.422)	182.904	4.661.243
(-) Amortização (2.171.945)	(153.058)	39.838	–	–	(2.285.165)
Total em serviço	2.318.195	(124.437)	(584)	182.904	2.376.078
Obrigações especiais (b)	(265.402)	(6.129)	–	(21.973)	(293.504)
(-) Amortização	95.731	10.409	–	–	106.140
Total em obrigações especiais	(169.671)	4.280	–	(21.973)	(187.364)
Total	2.148.524	(120.157)	(584)	160.931	2.188.714

(a) Correspondem às transfêrências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. **12.2. Impairment. • Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida.** A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e considerou, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuou revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovadas pela Alta Administração, durante o período da Concessão. Importante ressaltar que a Companhia como um todo é considerada uma UGC – Unidade Geradora de Caixa. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável. • **Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos. Taxa de desconto:** Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no período entre a data-base e o fim da concessão (21 anos). A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto